

PROTEGENDO OS DIREITOS DOS ESTUDANTES IMIGRANTES A UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA

UM FOLHETO PARA FAMÍLIAS E DEFENSORES





JOE AMON / THE DENVER POST / GETTY IMAGES

O DIREITO DO SEU ALUNO À EDUCAÇÃO

Em 1982, na decisão histórica em Plyler versus Doe, a Suprema Corte dos EUA defendeu o direito de todas as crianças nos Estados Unidos ao acesso à educação pública, enfatizando que “a educação tem um papel fundamental na manutenção da estrutura de nossa sociedade”. As escolas públicas de ensino fundamental e médio devem registrar e matricular todas as crianças que residem em seus limites geográficos, independentemente da cidadania, status de imigração ou proficiência no idioma inglês da criança ou de seu responsável.

Graças à decisão Plyler, a Cláusula de Proteção Igualitária da 14ª Emenda à Constituição, além de outras leis federais, os distritos escolares são obrigados a tomar medidas para incluir alunos com deficiência, alunos sem teto e Alunos Aprendendo Inglês (ELL ou EL).

LEIS FEDERAIS QUE PROTEGEM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A Lei de Educação de Indivíduos com Deficiências (IDEA), Seção 504 da Lei de Reabilitação de 1973, e o Título II da Lei dos Americanos com Deficiências todos presumem que os alunos com deficiência serão incluídos no ambiente regular escolar público junto com seus colegas sem deficiência.

LEIS FEDERAIS QUE PROTEGEM ALUNOS SEM-TETO

A Lei McKinney-Vento de Assistência ao Sem-Teto proíbe a segregação de alunos que não têm onde morar de seus colegas por qualquer período durante o dia escolar (a menos que seja absolutamente necessário para uma emergência de saúde e segurança).

De acordo com a lei federal, as crianças são consideradas “sem-teto” se viverem em uma variedade de situações de moradia, incluindo: dividir a casa com outras pessoas devido à perda da moradia; morar em um hotel, abrigo ou acampamento; morar em um local de trabalho ou local privado não projetado para a vida residencial; ou morar em carros, parques ou outros espaços públicos.

LEIS FEDERAIS QUE PROTEGEM OS PAIS E ALUNOS EL (APRENDENDO INGLÊS)

Os distritos escolares devem educar alunos EL no ambiente regular escolar público da maneira menos segregada possível, de acordo com a lei federal. A lei federal também determina que os distritos escolares se comuniquem claramente com os alunos e seus pais ou responsáveis, independentemente da língua materna da família.

1. A Lei de Oportunidades Educacionais Igualitárias (EEOA) de 1974 exige que os distritos de escolas públicas e agências de educação estaduais tomem “ações apropriadas para superar as barreiras linguísticas que impedem a participação igualitária dos alunos em [seus] programas de ensino”.

2. O Título VI da Lei dos Direitos Civis de 1964 proíbe a discriminação com base na origem nacional, entre outras categorias, e exige que as escolas públicas e agências de educação estaduais tomem medidas ativas para superar as barreiras linguísticas para que os alunos EL possam participar de forma significativa nos programas das escolas públicas. As proteções de idioma do Título VI também exigem que as escolas forneçam aos pais e tutores de EL acesso a informações no idioma em que são proficientes. Além disso, o Título VI oferece fortes proteções para indivíduos que defendem e reivindicam seus direitos sozinhos.

A fim de cumprir suas obrigações para com alunos EL e seus tutores, os distritos escolares devem tomar uma série de medidas. Eles são obrigados a:

- Identificar EL
- Fornecer serviços de idiomas para garantir que os alunos sejam capazes de acessar outras disciplinas principais além do inglês
- Dedicar pessoal e recursos para implementar programas EL de maneira eficaz
- Monitorar o progresso do EL na proficiência do idioma e no conhecimento acadêmico
- Evitar a segregação desnecessária de alunos EL
- Avalie os EL de maneira igualitária com os demais em termos de educação especial e outros serviços de deficiência



NOÇÕES BÁSICAS DE MATRÍCULA

A maioria dos distritos escolares determina um local central para matricular os alunos antes do início do ano letivo. No entanto, as escolas públicas devem permitir que os alunos se matriculem ao longo do ano. As informações de matrícula devem estar disponíveis nos idiomas de todos os alunos no site do distrito escolar e mediante solicitação no escritório central do distrito escolar.

Durante a matrícula, os distritos escolares podem exigir que você mostre prova da idade do aluno, residência no distrito escolar, relação legal entre você e o aluno e vacinações.

No entanto, de acordo com *Plyler versus Doe* e da Lei McKinney-Vento de Assistência aos Sem-Abrigo, as escolas devem aceitar uma série de documentos como prova para não excluir alunos imigrantes ou alunos sem-teto. As escolas podem perguntar sobre o local de nascimento do aluno ou quantidade de tempo nos EUA, mas responder a essas perguntas é sempre opcional.

Quais documentos a escola pública do meu filho pode exigir legalmente para a matrícula?

Para comprovar a idade do aluno, as escolas devem aceitar qualquer um dos seguintes:

- Certidão de nascimento (americana ou não)
- Carteira de motorista internacional (para alunos com idade suficiente para dirigir)
- Passaporte (americano ou não)
- Documentação religiosa de nascimento (por exemplo, certidão de batismo ou brit milá; anotação em uma Bíblia de família)
- Registro médico de nascimento
- Registros de adoção (americanos ou não)
- Registros escolares previamente verificados (americanos ou não)
- Depoimento juramentado dos pais/responsáveis (declaração escrita do fato)

Para comprovar residência, as escolas devem aceitar qualquer um dos seguintes:

- Conta de telefone, internet ou outro serviço público
- Documento de hipoteca
- Documento de locação ou sublocação
- Comprovante de pagamento do aluguel
- Ordem de pagamento feita para pagamento do aluguel
- Carta do empregador
- Depoimento juramentado dos pais/responsáveis (declaração escrita do fato)

Para comprovar relação legal, as escolas devem aceitar qualquer um dos seguintes:

- Certidão de nascimento de qualquer país
- Documento de identidade dos pais de qualquer país (se os pais compartilharem o sobrenome com o filho)
- Documentos de tutela legal (por exemplo, registros de adoção ou orfanato)
- Ordens judiciais (por exemplo, arranjos de custódia)
- Documento de imigração (por exemplo, documentos do Escritório de Reassentamento de Refugiados)

Matrícula

Embora uma escola possa cobrar pequenas taxas por componentes de seu programa (como participação em disciplinas eletivas ou atividades extracurriculares), é contra a lei federal que os distritos escolares cobrem mensalidades dos alunos para frequentar escolas públicas.

Almoço grátis e com preço reduzido

As proteções *Plyler* estendem-se a almoços grátis e com preços reduzidos. Todos os alunos, independentemente do status de imigração, são elegíveis para solicitar e receber esses serviços, e as famílias não são obrigadas a divulgar o status de imigração nas solicitações de almoço gratuito ou com preço reduzido.

Quem pode ajudar com problemas na matrícula?

Consulte o diretório do pessoal, que pode ser encontrado no site do distrito escolar, e procure por pessoal com os seguintes títulos:

- Conselheiro escolar ou orientador escolar
- Coordenador de Título III
- Contato com a família, pais ou tutores
- Coordenador de educação especial
- Assistente administrativo
- Secretário
- Pessoal da recepção
- Contato McKinney-Vento

A função dos contatos McKinney-Vento inclui ajudar famílias sem-teto a obter os documentos necessários para a matrícula, inscrever alunos sem-teto qualificados para benefícios relacionados ao status (refeições gratuitas/com preço reduzido, Medicaid, etc.), ajudar as famílias a obter uniformes escolares, coordenar o transporte de ida e volta para a escola e fazer com que as crianças tenham acesso aos cuidados médicos necessários, como vacinas.

SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Os distritos escolares são obrigados a fornecer tradução e interpretação das informações essenciais aos pais do EL. Como primeiro passo, certifique-se sempre de pedir à escola a tradução de documentos escritos e serviços de interpretação durante as reuniões.

As informações essenciais incluem, mas não se limitam a:

- Informações do registro e da matrícula
- Manuais do aluno
- Avisos disciplinares, políticas e audiências
- Informações sobre serviços (educação especial, deficiência, aconselhamento, EL, etc.)
- Informações sobre acomodações para testes
- Informações de atividade extracurricular
- Boletins
- Formulários de permissão de pais/responsáveis
- Procedimentos de reclamação
- Avisos de bullying
- Avisos de não discriminação
- Anúncios para a escola toda
- Informações sobre conferências de tutores e professores, visitas abertas e orientações
- Reuniões de alunos/tutores
- Informações sobre emergências médicas ou visitas de enfermagem
- Documentos sobre saúde e segurança pública
- Informações sobre o fechamento e reabertura de escolas

PRESSIONAR AO ENCONTRAR OBSTÁCULOS

Sabemos que nem todos os distritos escolares estão em conformidade com as exigências da lei. Se a escola de seu filho não estiver seguindo a lei, você pode fazer o seguinte:

- Faça valer seus direitos! Marque uma reunião com um administrador e explique o problema. Traga este folheto com você e encontre mais ferramentas em nosso site.
- Certifique-se de fazer anotações durante a reunião. Se você não obtiver resultados, entre em contato com o superior do administrador.
- Escreva uma carta ao superintendente do distrito escolar e envie uma cópia ao procurador do distrito escolar.
- Comunique a violação ao coordenador Título III do distrito escolar ou à secretaria de educação do seu estado, que deve ter as informações de contato postadas em seu site.

E SE EU TENTAR ESSAS ESTRATÉGIAS, MAS MEUS DIREITOS AINDA ESTIVEREM SENDO VIOLADOS? E SE EU SOFRER RETALIAÇÃO POR DEFENDER MEUS DIREITOS PLYLER E DE ACESSO AO IDIOMA?

Se a escola ou distrito escolar de seu filho estiver recusando ou negando seu acesso a informações essenciais, recusando-se a se comunicar com você em um idioma que você possa entender ou retaliando você ou seu filho por defenderem seus direitos, queremos ficar sabendo disso! Se você tentou se defender e o distrito escolar continua a violar seus direitos, ligue para nós ou visite nossa página na internet para obter mais informações.

Southern Poverty Law Center

Entre em contato conosco. Ligação gratuita das 9h às 16h, Fuso Horário Oriental, de segunda a sexta-feira, pelo número 1-800-591-3656 ou acesse splcenter.org/Plyler



